

## PROGRAMAÇÃO

### Memórias do Curso de Ciências Sociais da UFPA: anos 60/70

O ensino das Ciências Sociais sempre esteve no olho do furacão nos governos totalitários, autoritários, nas ditaduras e fascismos. No Brasil não foi diferente. Golpeado pela ditadura civil-militar nos fatídicos anos 60/70, que perseguiu e aposentou compulsoriamente das universidades e escolas brasileiras renomados professores do Curso de Ciências Sociais, notadamente marxistas e marxianos; o curso que começava a se consolidar nas universidades do país teve revirado de ponta a cabeça a estrutura curricular e o conteúdo programático das disciplinas, instituindo-se o ensino das teorizações abstratas, sistêmicas, funcionalistas, formalistas, tornando-se um tanto maçante e pouco interessante para os jovens que o procuravam... Agora esse fantasma da censura, do controle externo, da intervenção de cima, dos conteúdos impostos pelo Estado e da perda de autonomia acadêmica voltou a nos assombrar... Desta vez, através de diferentes dispositivos legais acionados pelas artimanhas do poder estatal-parlamentar, dentre os quais destacam-se, pela ampla repercussão que tiveram, **a Lei da Reforma do Ensino Médio e o projeto “Escola sem partido”**, seguido do combate ao “kit gay”. A primeira expulsando, sem disfarces, as disciplinas Sociologia, Filosofia e Artes do Ensino Médio, e a segunda deflagrando uma abominável cruzada de perseguição político-ideológica às novas abordagens conteudísticas que levaram para dentro das escolas o debate que fervia na sociedade sobre questões outras, novas ou revisitadas, visando derrubar mitos, preconceitos, moralismos e estigmas castradores das liberdades de escolha, aprofundar a reflexão crítica acerca das raízes profundas das desigualdades sociais e abrir o diálogo no espaço da escola secundarista sobre as estratégias emergentes de lutas coletivas, insurgências estas voltadas às transformações radicais de estruturas opressoras e fascistas, de mando, dominação e exploração em suas diferentes formas de manifestação, disseminação e aderência no corpo social.

O projeto de Extensão Universitária *Confronto de Ideias*, no seio do qual nasce este projeto-piloto memorialístico que ora apresentamos, enfrentou esta discussão pela primeira vez, por ocasião do 1º Simpósio Nacional de Sociologia Crítica da Cidade e do Poder: a crise societária da cidade capitalista, em setembro de 2018, ao organizar a mesa-redonda intitulada *A polêmica contra-reforma do Ensino Médio. Quais os efeitos mediatos e imediatos da Lei Nº 13.45/2017?*. Nossa convidada especial neste Simpósio e nesta mesa foi a filósofa anarquista Camila Jourdan. Professora da UERJ e extensionista em um projeto de Educação Popular no Morro da Mangueira no Rio de Janeiro, Camila e mais 22 ativistas, a maioria professores de escolas do Ensino Médio, que lideraram o movimento “Ocupa Cabral” e outros, contra a corrupção no poder estatal pari passu aos cortes progressivos de investimentos na UERJ e na rede pública de ensino, saúde e saneamento públicos, contra as desapropriações promovidas pelos projetos imobiliários dos mega-eventos como Copa do Mundo & Olimpíadas, e contra a máfia dos transportes públicos liderada pelo empresário Jacob Barata (hoje atuando em Belém e na região metropolitana...), foram acusados de “formação de quadrilha” e “corrupção de menores”, justamente em um estado da federação que pratica o terrorismo de Estado contra a sociedade a olhos vistos, fuzilando cidadãos e cidadãs politicamente indesejáveis ou meramente suspeitos de sê-lo, como fizeram com a socióloga e vereadora Marielle Franco e com o músico Evaldo dos Santos Rosa, fuzilado quando fazia um trajeto viário de rotina, por

rajadas de 80 balas de armas de guerra do Exército. Realidade assustadora minada por atrocidades, para a qual Marielle, socióloga também executada em uma via pública, chamou a atenção na sua dissertação de mestrado intitulada, “UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”, São Paulo, n-1 edições, 2018.

A professora Camila teve a porta de sua casa derrubada, a casa foi invadida e revistada e ela foi algemada, presa e jogada em uma cela do complexo penitenciário de Gericinó, em Bangu, tornada réu em uma ação judicial conhecida como o “processo dos 23”; um processo político, kafkiano e bizarro que cita até mesmo a presença real de um certo Bakunin, “infiltrado” entre os manifestantes, alimentado ainda pelas mentiras propaladas pela mídia de um suposto ato planejado de explosão do estádio do Maracanã!

Como afirma Camila em seu livro pós-prisão, “a sentença requebra aspectos da criminologia fundada na construção de um sujeito criminoso, já que nossas penas são qualificadas com afirmações como possuir uma “personalidade distorcida” e “voltada ao desrespeito aos poderes constituídos”. É a figura, cunhada no final do século XIX, do anarquista como um delinquente social com traços psicopatas. Falamos muito em Estado de exceção, mas deixamos de ressaltar o que ele significa, quando se trata precisamente disso: a ausência de separação evidente entre o âmbito jurídico e a política...” (In 2013: memórias & resistências. Rio de Janeiro, Circuito, 2018. Col. Ataque)

Por que lembrar o processo dos 23 /2013? Por que ele é relevante para a nossa reflexão? Porque Camila não é mulher negra, pobre, lésbica e moradora da periferia. Também não é do PT e nem do Psol, e nem do PC do B. Não, ela é branca, olhos azuis, classe média, casada, tem dois filhos, mora na zona sul carioca, é professora universitária, com título de doutora em uma das mais prestigiadas escolas de Ciências Sociais de Paris... O que permitiu que Camila fosse enquadrada como membro de uma quadrilha criminosa? A Lei Antiterror, que dá brechas a esse tipo de criminalização de ativistas/militantes de esquerda, à esquerda da esquerda que está no poder, mas que paradoxalmente foi sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff, tão vítima do estado autoritário nos anos 60/70 quanto hoje, a própria Camila que caiu nas malhas da Lei que a esquerda no poder sancionou... Mais inquietante neste processo dos 23 foi perceber o fenômeno que designamos de “intelectuais em fuga”, ou seja, aqueles que mesmo na academia, na esfera do seu dever de ofício, têm dificuldades de reconhecer e enfrentar como legítimos objetos de reflexão os fatos e situações postos pelos acontecimentos vivos da nossa história mas que não são autorizados, referendados ou impostos pelo Estado Democrático de Direito ou, pior ainda, pelo partido político de filiação do intelectual acadêmico... O caso da Camila, por exemplo, poderia ter sido debatido sobre pelos grupos de estudos de Gênero, já que via de regra a abordagem de Gênero é supra-classista, por que não foi? O caso do processo dos 23, poderia ter sido abordado da ótica da Ciência Política focada nos processos judiciais, por que não foi? Por que prevaleceu um grande silêncio nessas esferas acadêmicas?

São questões, enfim, que nos instigam a pensar a presença viva do passado e seus fantasmas no presente, das formas mais inusitadas e impensáveis, e não apenas das formas mais escancaradas no estilo “o que resta da ditadura”, como a violência sistemática e sistêmica do método de tortura nas prisões do país.

São questões provocadoras para nos fazer pensar o papel dos cientistas sociais e dos professores de Ciências Sociais, ontem e hoje, em contextos de ataque e criminalização brutal

dos movimentos e lideranças à frente de lutas emancipatórias, em suas diferentes formas de expressão, e dos processos de institucionalização da necropolítica, a política de matar o cidadão para preservar o Estado.

Nossa curiosidade aponta algumas pistas para o debate: como os professores e estudantes universitários das décadas de 60/70 lidaram com isso? Com os ataques à liberdade de pensamento e de expressão afetaram o processo pedagógico? De que formas o Ensino de Ciências Sociais e a formação profissional foram atingidos pelo golpe civil-militar? Houve reação estudantil em Belém? Afinal, o que pode um professor, na prática de seu ofício, em contextos repressivos, de censura institucional e em tempos sombrios?

Integram a geração de professores das 60/70: Orlando Costa, Orlando Silva, Roberto Santos, Braga Eloi, Napoleão Figueiredo, Alfredo Boneff (já falecidos) e Isidoro Alves, residente há décadas no Rio de Janeiro. Desejamos que este projeto vingue e possamos lembrar a experiência e a trajetória profissional em contexto, destes outros professores.

## **ATIVIDADES:**

### **1) Abertura da exposição-memorial**

Trata-se de uma pequena e singela amostra de documentos, publicações e peças memorialísticas que integram o acervo pessoal da família do professor Amilcar Alves Tupiassú (cuja biblioteca pessoal foi incorporada à Biblioteca Pública/Centur, após sua morte), o acervo pessoal de professores-convidados e publicações do acervo de bibliotecas da UFPA.

**Horário: 14:30**

**Local: Altos do IFCH, corredor direito**

A exposição ficará à disposição dos visitantes até o dia 29 de novembro (sexta-feira, pela parte da manhã).

*Un avant-goût...*

***Desejo também aproveitar a ocasião para saldar antiga dívida profissional contraída com meu amigo Amilcar Alves Tupiassú. Do nosso companheirismo intelectual no passado resultaram importantes inspirações para meu trabalho ulterior. Foi Tupiassú quem chamou minha atenção para o significado geral do “aviamento”, para a controvérsia em torno do Censo de 1920 relativo ao Pará, etc., ideias que muito debatíamos, pelos fins dos anos sessenta. Nunca nos pusemos de acordo sobre a questão do Censo de 1920, e até hoje nutrimos divergências sobre certos aspectos do “aviamento”, mas nossas discussões jamais deixaram de ser proveitosas para mim. Meu reconhecimento especial, agora, dirige-se para as sugestões sobre a forma final do trabalho, muitas delas surgidas por ocasião do seu zeloso desempenho na coordenação do seminário do NAEA “***

**Roberto Araújo de Oliveira Santos (1932-2012). Belém, janeiro de 1979. Extraído do Prefácio do livro *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz,**

1980 (Biblioteca Básica de Ciências Sociais, Série 1, Estudos Brasileiros, v. 3). Originalmente sua tese de doutorado defendida na USP.

*Amílcar Tupiassú era um homem cordial. A cordialidade, por isso, era um componente natural na sua formação de professor. Ensinava dialogando com seus alunos, como dialogava com os amigos nas animadas conversas a partir de temas da ciência política e de outras latitudes e longitudes. Colocava a sua biblioteca à disposição dos que queriam consultar algum livro que indicava ou ao qual se referia. Principalmente se o livro não estivesse no mercado. O que significava que se expunha ao questionamento e à crítica. Era atento às ponderações dos alunos, embora quase sempre parecesse apressado, dividindo o tempo para atender sua grande curiosidade e desejo de inovar. Foi além da academia e da sua especialização. Trabalhou no governo e em órgãos de aplicação de teorias e monitoramento de temas novos, como no IDESP. Essa agitação e a busca do novo fizeram-no se fascinar pelo computador e a Internet. Ficava horas sem fim conversando com a máquina. Esqueceu-se do tempo, esqueceu-se de si. Esse fascínio potencializou problemas circulatórios que o levaram tão cedo - e tão intenso.*

Lúcio Flávio de Faria Pinto, sociólogo e consagrado jornalista paraense .18/11/2019

## 2) Painel memorialístico

As 15:00 horas terá início o relato das convidadas e do convidado a integrar este painel, aos moldes de um encontro e de uma conversa entre professores, velhos amigos que não se veem há muito tempo, hoje aposentados desta UFPA, e que conviveram com o prof. Amílcar, como alunos e/ou colegas de trabalho, ora no campo do planejamento público-estatal, onde ele teve reconhecida atuação estruturante do campo, ora na esfera acadêmica, onde ele se firmou na função-docente de professor de Ciência Política.

Integram este painel as professoras e o professor: Auriléa, Carneiro, Denise, Violeta. Participam ainda como convidadas especiais as professoras Lise e Amarílis (respectivamente filha e irmã do professor Amílcar).

### Minibios:

**AMILCAR ALVES TUPIASSÚ.** Nascido em Belém em 28 de março de 1935. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, na Universidade do Brasil (hoje UFRJ), em 1958. Fez Pós-Graduação em Ciências Sociais na Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, FDESP/USP, em 1962-1963. Foi professor titular da UFPA, atuando no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), onde lecionava Ciência Política e Planejamento e Políticas Sociais no Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), Ciência Política no Curso de Graduação em Ciências Sociais e Sociologia do Direito no Mestrado em Direito – área de concentração em Direito Público. Ocupou cargos no Governo do Pará: Chefe do Setor de Estudos Sócio-Econômicos no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) e Secretário de Estado de Planejamento no governo Hélio Gueiros. Faleceu em Belém no dia 5 de novembro de 1989.

**AURILÉA GOMES ABELEM** , socióloga, graduada em licenciatura em Ciências Sociais ( UFPA, 1963-1966), especialização em Teoria Sociológica e Sociologia do Brasil pela Universidade Federal do Pará (1983), especialização em Diplomado Superior En Ciencias Sociales Politicas pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais–FLACSO (2002), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA (1982). Profa. aposentada pela UFPA/CFCH, tendo sido professora/pesquisadora do Depto de Metodologia e Ciências Sociais, do Depto de Ciências Políticas, do mestrado do NAEA/PLADES e do Mestrado de Antropologia. Foi coordenadora do Mestrado do PLADES (1986 -1988). Disciplinas lecionadas: Introdução à Metodologia das Ciências Sociais; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Ciência Política; Planejamento e Política Social; Sociologia Urbana.

**JOSÉ QUEIROZ CARNEIRO**, sociólogo e jornalista, é graduado em Ciências Sociais (UFPA, 1968-1972) e mestre em Ciências Políticas (Unicamp, 1984-1990). Foi chefe do Departamento de Ciências Políticas e coordenador do Campus Universitário do Baixo Tocantins (1991-1997). Aposentado em 1998. Cinéfilo , especialista em cinema e memorialista, tem vários livros publicados e uma longa militância no movimento docente da UFPA.

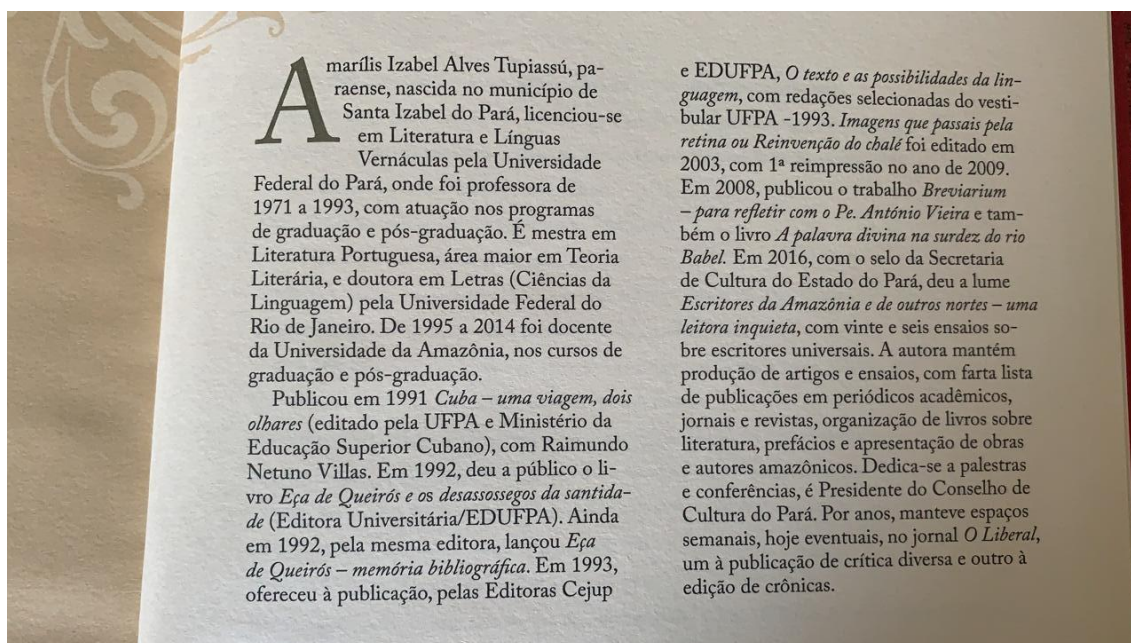
**VIOLETA REFKALEFSKY LOUREIRO** , socióloga, graduada em Licenciatura em Ciências Sociais (UFPA, 1966-1969), mestrado em Sociologia (UNICAMP, 1985), doutorado em Sociologia (Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1994). É professora emérita da UFPA, onde ainda atua como professora voluntária. Tem vários livros publicados, em autoria e co-autoria, no campo da sociologia da pesca, sociologia jurídica, sociologia dos conflitos fundiários, sociologia do desenvolvimento na Amazônia e metodologia aplicada às Ciências Sociais. Teve atuação inovadora à frente de instituições importantes da esfera pública-estatal, como quando exerceu o cargo de Diretora do Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará-IDESP, especialmente na reedição da revista *Pará-Desenvolvimento*, nos anos 1990, abrindo espaço significativo para a crítica sociológica dos processos estruturais violentos de colonização e modernização da Amazônia. Atuou ainda com destaque no campo da concepção e produção de material didático na área de Estudos Regionais.

**DENISE DE SOUZA SIMÕES RODRIGUES**. Socióloga , graduada em Licenciatura em Ciências Sociais (1967-1970, UFPA). No mestrado defendeu a dissertação *Pará-1935: um estudo sobre liderança e conflito* (1975-1977, IUPERJ). No doutorado defendeu a tese *Revolução Cabana e Construção da Identidade Amazônica* (1996-2001, UFC). Foi profa. adjunta da UFPA e atualmente é profa. titular de Sociologia da UEPA. Coordena projeto voltado à análise das relações entre a sociedade e a história da educação na Amazônia, com ênfase na segunda metade do século XX, e pesquisa também as interfaces entre a Literatura e a Sociologia no processo de elaboração identitária na Amazônia. Lidera o grupo de pesquisa Sociedade, Ciência e Ideologia do CCSE/UEPA. Seus trabalhos atuais em Sociologia enfatizam as áreas de cultura, educação, imaginário e política na Amazônia, com um recorte teórico demarcado pelas concepções de Cornelius Castoriadis e Paulo Freire.

**LISE VIEIRA DA COSTA TUPIASSU MERLIN**. Doutora em Direito Público pela Université Toulouse 1-Capitole. Mestre em Direito Tributário pela Université Paris I-Panthéon-Sorbonne. Mestre em Instituições jurídico-políticas pela UFPA. Mestre em Direito Público pela Université

de Toulouse I-Capitole. É profa. e pesquisadora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação stricto sensu da UFPA e do CESUPA. Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia. Coordenadora da Rede de Pesquisa Junction Amazonian Biodiversity Units-Research Network Program-JAMBU-RNP e dos Grupos de Pesquisas Biodiversidade, Território e Sociedade na Amazônia-BEST AMAZÔNIA e Tributação Ambiental e Desenvolvimento. Especializada nas áreas de tributação e sustentabilidade, políticas públicas de tributação ambiental e desenvolvimento regional e ICMS Ecológico. Autora de diversas obras sobre tributação e meio ambiente.

#### AMARÍLIS TUPIASSÚ



Concepção e realização : Projeto de Extensão Universitária “Confronto de Ideias”/FACS/IFCH

Curadoria da exposição : Patrick Pardini /Museu da UFPA